

O financiamento da lavoura canavieira paulista: a atuação de negociantes de grosso trato na expansão da fronteira mercantil em Campinas colonial

Carlos Eduardo Nicolette

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Recebido em: 20 mar. 2024

Aprovado em: 30 abr. 2024

Publicado em: 04 out. 2024

Resumo

O objetivo do artigo é analisar e destacar o papel de negociantes de grosso trato lusitanos estabelecidos em São Paulo na construção e desenvolvimento do setor açucareiro em Campinas (SP) no final do período colonial. A hipótese central é que esses negociantes, especialmente o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, foram peças fundamentais para a montagem da lavoura canavieira paulista ao investirem seus capitais em terras, escravizados e engenhos, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região. Essa situação ocorreu após acumularem riqueza, possibilitada pelas condições político-econômicas de São Paulo no último quarto do Setecentos. Para cumprir tal objetivo, o artigo sistematiza, num primeiro plano, o conceito de fronteira da mercadoria de Jason W. Moore e as transformações político-econômicas de São Paulo na segunda metade do século XVIII a fim de compreender como teria sido possível essa acumulação de capitais. Em seguida, serão apresentados os principais investimentos de negociantes em Campinas a fim de evidenciar o papel do capital mercantil na transformação dessa economia açucareira e da expansão da fronteira do açúcar. Os principais resultados evidenciam que a montagem do complexo açucareiro de Campinas está intimamente conectada aos investimentos de capitais que os negociantes realizaram na vila.

Palavras-chave: Financiamento. Economia Açucareira. Fronteira Mercantil.

O presente trabalho foi realizado sob orientação do Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar e contou com apoio inicial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 88887.966231/2024-00 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo 2024/01324-9.

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Mestre em História Social e graduado em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: carlos.nicolette@usp.br

 <http://orcid.org/0000-0002-5438-2038>

 <http://lattes.cnpq.br/3499627614529249>

The financing of São Paulo's sugarcane plantations: the role of large merchants in the expansion of the sugar frontier in Colonial Campinas

Carlos Eduardo Nicolette

University of São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brazil

Received: 20th March 2023

Approved: 30th Apr. 2024

Published: 04th Oct. 2024

Abstract

This article aims to analyze and highlight the role of Portuguese large merchants established in São Paulo in the construction and development of the sugar sector in Campinas (SP, Brazil) at the end of the colonial period. The central hypothesis is that these traders, especially Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, were fundamental players in the creation of São Paulo's sugarcane plantations by investing their capital in land, slaves, and mills, contributing to the economic development of the region. This case occurred after they accumulated wealth, made possible by the political-economic conditions of São Paulo in the last quarter of the 18th century. In order to achieve this objective, the article systematizes, in the foreground, Jason W. Moore's concept of the commodity frontier and the political-economic transformations of São Paulo in the second half of the 18th century in order to understand how this accumulation of capitals occurred. Subsequently, the primary investments made by merchants in Campinas, will be presented in order to elucidate the role of merchant capital in the transformation of this sugar economy and the expansion of the sugar frontier. The principal findings indicate that the assembly of the sugar complex in Campinas, is closely connected to the capital investments that merchants made in the village.

Keywords: Financing. Sugar Economy. Commodity Frontier.

This research was supervised by Prof. Carlos de Almeida Prado Bacellar, and received initial support from the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, Brazil) – Financing Code 88887.966231/2024-00, and from the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Brazil) – Process 2024/01324-9.

* PhD candidate in Social History at the University of São Paulo. MA in Social History and BA in History from the University of São Paulo. Email: carlos.nicolette@usp.br

 <http://orcid.org/0000-0002-5438-2038>

 <http://lattes.cnpq.br/3499627614529249>

Introdução

No decurso do século XVIII, a economia da capitania de São Paulo se expandiu por meio das lavouras de mantimentos, bem como através da montagem de alguns engenhos na região do Oeste Paulista – especialmente em Itu, grande centro comercial dos gêneros agrícolas da região. Contudo, como já apontado pelos historiadores que investigaram a economia açucareira paulista, as relações econômicas e produtivas foram alteradas, sobretudo, após a Revolução de Saint-Domingue (1791) e o conseqüente vácuo na produção de açúcar para suprir o mercado europeu (Cf. Petrone, 1968; Luna; Klein, 2005). Foi nesse quadro histórico que se destacaram as principais economias canavieiras da região do Oeste Paulista, que viriam a ser chamadas de “Quadrilátero do Açúcar”. Tal Quadrilátero corresponderia, grosso modo, às localidades de Campinas, Jundiaí, Itu, Porto Feliz, Mogi Mirim, Piracicaba e Sorocaba (Cf. Petrone, 1968).

O presente artigo objetiva qualificar o papel exercido por três negociantes lusitanos radicados na cidade de São Paulo na montagem do parque açucareiro da vila de Campinas, no Quadrilátero Paulista, entre os séculos XVIII e XIX.¹ Para isso, buscar-se-á evidenciar o envolvimento econômico desses indivíduos na expansão da fronteira da mercadoria em terras campineiras. A hipótese central é de que os agentes mercantis Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, Coronel Francisco Antônio de Sousa e Coronel Francisco Pinto Ferraz investiram seus capitais acumulados de outras atividades na economia açucareira e assim viabilizaram seu desenvolvimento, fenômeno verificado após uma acumulação de riqueza possibilitada por condições político-econômicas paulistas do último quarto do Setecentos. Para esse empreendimento analítico, serão utilizadas como fontes as listas nominativas de habitantes de Campinas entre 1797 e 1818, bem como inventários *post-mortem* do Brigadeiro Luís Antônio e de senhores de engenhos de Campinas.

É importante salientar que o presente texto não busca trazer luz à integração da economia paulista à economia europeia a partir do açúcar enquanto uma novidade histórica, tendo em vista que esse é um tópico já extensamente explorado pela historiografia (Petrone, 1968; Luna; Klein, 2005; Mont-Serrath, 2007), nem mesmo argumentar que a reprodução da economia colonial, por meio do capital mercantil, é exclusiva da capitania paulista, haja vista tal fenômeno ser bem documentado em diversos espaços da colônia (Fragoso, 1992; Furtado, 2006; Melo, 2017; Guimarães; Saraiva, 2018). Além disso, em recente trabalho, Alfonso (2018) já havia relacionado a montagem do parque açucareiro de Campinas à expansão da fronteira

1 A fim de padronizar a nomenclatura, o presente artigo utilizará apenas o nome Campinas para se referir ao *locus* analisado. Entretanto, é relevante salientar que, entre os anos de 1797 e 1842, o espaço era nomeado vila de São Carlos.

mercantil do açúcar, conceito evidenciado por Moore (2010), através de três etapas: “o estabelecimento de uma infraestrutura local a partir da restauração da capitania de São Paulo; a reconfiguração do mercado internacional de artigos tropicais; e o nascimento de uma elite açucareira em Campinas” (Alfonso, 2018, p. 48). Propõe-se neste artigo que, além dessas três etapas, básicas para a formação da fronteira de excedentes (*surplus frontier*), o conjunto de eventos para a extensão da economia-mundo europeia em terras campineiras ocorreu durante as décadas de 1790 e 1800, quando comerciantes portugueses investiram seus cabedais em terras, cativos e lavoura canavieira na região, a fim de aproveitar a janela de oportunidades existente após a Revolução de Saint-Domingue (1791) e o salto nos preços do açúcar nas praças mercantis. Em outras palavras, evidencia-se aqui que o ponto de inflexão para a expansão da fronteira do açúcar em Campinas passou, sobretudo, pelas mãos de negociantes de grosso trato² radicados em São Paulo.

O presente trabalho se organiza da seguinte forma: num primeiro momento, são apresentadas as circunstâncias político-econômicas que fizeram com que a capitania de São Paulo fosse inserida no circuito de *commodities* da economia-mundo europeia na segunda metade do século XVIII; em seguida, são discutidos os papéis desempenhados, de fato, pelos negociantes portugueses na expansão da fronteira mercantil em Campinas colonial; e, por fim, são apresentadas as considerações finais, abordando interpretações que revisitam os principais resultados do artigo e que buscam abrir novas possibilidades de pesquisa, seguidas das referências.

A expansão da fronteira de excedentes e a integração à economia-mundo europeia: a capitania paulista na segunda metade do Setecentos

O objetivo desta seção é trazer à luz aquilo que a historiografia tem evidenciado sobre as transformações econômicas que ocasionaram o acesso à novas redes mercantis por parte da capitania de São Paulo durante a segunda metade do século XVIII e que, conseqüentemente, possibilitaram o seu desenvolvimento. Para isso, será primeiramente discutido o conceito de fronteira da mercadoria (Cf. Moore, 2000) e, em seguida, será apresentado o quadro histórico que permitiu a montagem da economia açucareira no Oeste Paulista. Este artigo se utiliza da categoria de fronteira da mercadoria (no original *commodity frontier*, que pode ser também chamada de fronteira mercantil) apresentada por Moore para

2 A designação ‘negociante de grosso trato’ é aqui mobilizada a fim de diferenciar a escala transacional realizada por tais homens de negócio, seja em quantidade de produtos, seja em distância do comércio realizado. Conforme evidencia Dourado (2015, p. 13), o “negociante de grosso trato – ou ‘em grosso’, denominação ainda presente no século XIX – era, antes de tudo, o homem que se dedicava aos vários segmentos do comércio, diversificando suas atividades comerciais”.

auxiliar na compreensão da expansão da economia capitalista sobre as terras americanas. O autor traz à baila o caráter imperativo da expansão espacial econômica frente à desestabilização dos ecossistemas locais, incorporando os recursos básicos, como terra, matéria-prima e trabalho, e gerando contradições ao próprio capitalismo. Segundo Moore (2000, p. 410), a “ideia de fronteira mercantil deriva do conceito de cadeia mercantil, advindo do âmbito de sistemas-mundo”,³ sendo essa cadeia formada pela conexão entre o trabalho exercido e a rede de processos de fabricação de uma determinada commodity. Nesse sentido, as fronteiras das mercadorias nas Américas não teriam sido “fruto do capitalismo, mas a condição de seu nascimento e consolidação” (*Ibidem*, p. 428).⁴

Ponto importante da discussão empreendida por Moore é o estabelecimento de outra categoria, fronteira de excedentes (*surplus frontier*), entendida pelo autor como o momento de estabelecimento de cultivos de subsistência e de formação de um mercado local, ainda que ele pudesse obedecer a lógica de expansão europeia nas Américas – uma região de economia de excedentes. O principal fator que determinaria a constituição desse momento histórico reside na lógica de exploração desses espaços, já que os colonizadores ali não seriam “obrigados a vender para sobreviver pelo mercado capitalista” (Moore, 2000, p. 416).⁵ Moore, ao centralizar sua análise na expansão da economia-mundo na América através das lavouras canavieiras, argumenta que “a transição de uma fronteira de subsistência para a fronteira do açúcar foi um momento de acumulação de capital contínua” (*Idem*).⁶ Tal fronteira de excedentes teria sido base fundamental para a existência de espaços a serem integrados e explorados no ritmo da economia-mundo europeia, isso por que a implantação de plantations escravistas dificilmente teria sucesso em regiões em que não tivesse havido anteriormente tal produção de excedentes. No caso da capitania de São Paulo, é possível vislumbrar a fronteira de excedentes (*surplus frontier*) tendo sido formada e expandida justamente no século XVIII, momento em que houve o crescimento de sua população e de suas redes de abastecimento para a economia interna (Marcílio, 2000, p. 131-151). Tal transformação na economia paulista é evidenciada a partir de três pontos: (i) o aumento populacional e produtivo da capitania, (ii) a expansão das redes comerciais a partir de São Paulo e, por fim, (iii) os incentivos na ampliação da produção após o governo de Morgado de Mateus (Cf. Bellotto, 1979).

Para o primeiro ponto levantado acima, Marcílio (2000) argumenta que a população da capitania consolidou e expandiu o cultivo de mantimentos para o mercado interno nesse

3 Tradução nossa. No original: “idea of the commodity frontier derives from the world-system concept of commodity chain”.

4 Tradução nossa. No original: “the child of capitalism but a condition of its birth and consolidation”.

5 Tradução nossa. No original: “compelled to “sell to survive” by the capitalism market”.

6 Tradução nossa. No original: “the transition from a grain surplus frontier to the sugar commodity frontier was a moment of ongoing primitive accumulation”.

período. A autora afirma ainda que a população de São Paulo seria por volta de 15.000 pessoas no ano de 1700, 78.855 em 1765 e 169.544 em 1800, um aumento populacional superior a 1000% ao longo do século XVIII, demonstrando a dimensão do crescimento demográfico ao longo da expansão da economia mineradora (Marcílio, 2000, p. 171-172). Sobre o segundo ponto, Micheli (2018) contribui para os resultados de Marcílio ao evidenciar que a exportação de produtos para outras regiões da colônia, assim como para Portugal, foi relevante – não apenas relevante em quantidade, mas favorecendo o assentamento de relações político-econômicas. O autor investigou a diversificação da produção de gêneros agrícolas da capitania de São Paulo entre 1765 e 1821 e argumenta que o aumento das lavouras de mantimentos contribuiu diretamente para a criação de um intenso mercado desses gêneros e que, entre as regiões paulistas, houve um componente similar: “as trocas comerciais com o Reino, através do porto de Santos, por onde saía, principalmente, o açúcar durante todo o período analisado” (Micheli, 2018, p. 224-225). Por fim, a reconfiguração política da capitania pode ser entendida como a terceira evidência a favor da formação de uma fronteira de excedentes em São Paulo no Setecentos. Em 1748 a administração das terras paulistas ficou subordinada inteiramente ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro, permanecendo até 1765, quando o rei D. José I reestabeleceu o governo da capitania de São Paulo e definiu D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, como governador e capitão-general – especialmente a fim de organizar novas tropas de milícias para enfrentar o desafio castelhano (Bellotto, 2010, p. 105-134). O desenvolvimento e a ampliação de práticas mercantis estavam no cerne do ideário pombalino e das reformas ilustradas que se seguiram sob a mãos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Maxwell, 1996, p. 59-61).

A produção de alimentos em São Paulo no século XVIII exerceu papel fundamental na economia interna da colônia, especialmente para as regiões mineradoras, favorecendo a formação de elites regionais, especialmente na região de Itu. Foi nessa vila, localizada a 100 km da cidade de São Paulo, que o capital acumulado da produção e comercialização de mantimentos foi convertido em lavouras canavieiras e sua recém-formada elite montou o que vieram a ser os principais engenhos da capitania na segunda metade do século XVIII (Cf. Bacellar, 1997). Ainda que seja difícil localizar o destino final desse açúcar, tais engenhos não transformaram de maneira ágil a paisagem local e não chegaram a alterar profundamente a economia da região, que continuava com uma consistente produção de mantimentos. As dificuldades no transporte até o porto mais próximo, a limitação do porto de Santos em receber escravizados e a falta de um comércio direto entre São Paulo e Portugal foram aspectos que possivelmente diminuíram a margem de lucratividade e criaram obstáculos à ampliação dos engenhos (Cf. Petrone, 1968).

É importante evidenciar que o comércio de artigos paulistas para a Europa ocorria especialmente através do Rio de Janeiro, de modo que os produtos saíam de São Paulo por meio do comércio de cabotagem. Sampaio (2014, p. 307-338) evidenciou que, ao longo do século XVIII, em especial após 1750, ocorreu o aumento e a diversificação de produtos de exportação para a Metrópole, advindos das praças comerciais do Nordeste e do Rio de Janeiro.

O autor argumenta que tais transformações ocorreram preponderantemente através das mãos da elite mercantil colonial radicada, especialmente, no Rio de Janeiro. Conforme destaca Sampaio (2014, p. 331), tal grupo de negociantes “tornou-se de forma irreversível a elite de fato da sociedade da América Portuguesa”, especialmente graças ao controle de dois segmentos fundamentais daquela economia colonial: a disponibilização de créditos e de cativos.

Sendo assim, depreende-se que São Paulo não era o foco das principais rotas comerciais transatlânticas durante a maior parte do século XVIII, especialmente devido à concentração da elite mercantil do centro-sul na praça carioca. A capitania paulista, assim, não se encontrava plenamente inserida na economia-mundo europeia, ainda que dela participasse marginalmente. Dito isso, é ponto central que a fronteira mercantil descrita por Moore não parecia se estender ao Oeste Paulista nesse período, mesmo sob a égide das reformas pombalinas e a reconfiguração política da capitania de São Paulo, ainda que desde o governo de Morgado de Mateus (1765-1775) os capitães gerais de São Paulo tenham se empenhado em controlar e expandir a rede de comércio colonial paulista em relação a outras praças (Cf. Mont-Serrath, 2007) – já que tão importante quanto a produção de um artigo agrícola em uma fazenda era a rede de negócios que o levava ao destino de consumo.

A análise da história do Oeste Paulista geralmente considera o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797) como um marco crucial para o desenvolvimento econômico da região e suas medidas de estímulo agrícola e intervenção no comércio foram amplamente estudadas (Bellotto, 1979; Petrone, 1968; Capel, 2015). O complexo cenário mercantil que se desenrolava entre comerciantes estabelecidos no Rio de Janeiro e em São Paulo passou por mudanças significativas, especialmente quando consideramos o contexto mais amplo da transformação do mercado internacional de açúcar e a influência da chamada “lei do porto único”. A medida do porto único tinha como objetivo inibir o comércio de açúcar diretamente com o porto do Rio de Janeiro, já que Lorena determinou que certos produtos agrícolas, como milho, feijão, farinhas, toucinho, fumo, pomos e raízes, poderiam ser enviados para outras capitanias sem a necessidade de licença prévia (Mont-Serrath, 2007, p. 146) – tal exceção possivelmente se deve ao menor valor agregado desses produtos nas transações comerciais da capitania. Esse tema transformou-se em tópico fundamental nas administrações seguintes, de Antônio Manuel Melo e Castro de Mendonça (1797-1802) e Antônio José da Franca e Horta (1802-1808). A iniciativa do governador Lorena que mais se destaca na historiografia é, sem dúvida, a construção do caminho que recebeu o seu nome. Essa realização teve um papel fundamental na melhoria da infraestrutura da capitania e na facilitação do transporte de seus produtos até o porto de Santos (Cf. Mendes, 1994). O novo caminho contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico da região, permitindo um escoamento mais eficiente e barato das mercadorias e fortalecendo as relações comerciais entre o Oeste paulista e Santos. O projeto foi “estruturado a partir da estrada que cortava a Serra, e deste projeto resultou-se uma estrada superior anterior, permitindo uma melhor circulação de pessoas e da produção de gêneros agrícolas” (Capel, 2015, p. 120), facilitando o comércio

realizado no porto santista.⁷ Essa proposta, inclusive, estava em acordo com a reestruturação ocorrida no Império Português desde o governo de Marquês de Pombal. A “calçada do Lorena” foi empreendida desde o início de seu governo, sendo finalizada apenas em 15 de fevereiro de 1792, dia em que assinou um ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Como argumentam Mendes (1994) e Capel (2015), a obra de infraestrutura de Lorena se relacionou diretamente às intenções do governador em fortalecer o comércio transatlântico de produtos agrícolas com o Reino sem o intermédio do porto do Rio de Janeiro. Para isso, tornou-se fundamental a melhoria dos caminhos, já que a maior parte das mercadorias precisava ser transportada por dias a fio até a serra do mar, onde encontravam mais um desafio.

A investigação realizada por Medicci (2010) trouxe uma nova perspectiva ao debate historiográfico sobre as intenções e os objetivos de Lorena em relação a suas medidas durante o período da lei do porto único em São Paulo. De acordo com Medicci (p. 110-175), houve uma notável mudança dos agentes envolvidos nos principais negócios na capitania de São Paulo a partir da implementação da medida de porto único durante o governo de Lorena – em especial pelo seu envolvimento direto com comerciantes do planalto paulista (assim como seus congêneres do litoral) e alguns negociantes em Portugal, com os quais estabeleceu relações pessoais –, formando uma nova rede mercantil que diferia daquela estabelecida com o Rio de Janeiro. Durante todo o governo Lorena, foi patente a articulação desenvolvida entre grupos de proprietários e comerciantes para beneficiar “o chamado ‘quadrilátero do açúcar’, a cidade de São Paulo e a vila de Santos” (Mattos, 2009, p. 101), objetivando o alijamento do porto carioca como exportador dos gêneros paulistas e instituindo uma nova rede mercantil diretamente com Portugal. É nesse sentido que a década de 1790 foi transformadora para o Oeste Paulista e, em especial, para expansão da economia açucareira, tendo sido “imprescindível o suporte de negociantes e proprietários locais, empenhados em limitar a participação dos agentes fluminenses no comércio marítimo paulista, a partir da concentração das exportações no porto da vila de Santos” (Mattos, 2015, p. 56).

Se, por um lado, os fenômenos ocorridos na segunda metade do século XVIII possibilitaram a mudança na dinâmica de acumulação de capital em São Paulo, especialmente através da expansão do poder e fortuna de comerciantes ativos no rearranjo da rede mercantil da capitania, por outro, esses próprios comerciantes se tornaram peças fundamentais para a expansão das lavouras canavieiras paulistas ao investirem, notadamente durante e após década de 1790, seus capitais em direção Oeste Paulista (Cf. Puntschart, 1998; Araújo, 2006). Isso porque a ruína da lavoura açucareira de Saint-Domingue atrelada às medidas de Lorena revelaram, de maneira quase instantânea, que haveria espaço de investimento econômico em terras paulistas – causando a aceleração das mudanças políticas, econômicas e ecológicas em

7 A criação de novos caminhos também estava relacionada à necessidade de combater o contrabando das mercadorias paulistas, cf. Mattos (2009, p. 79).

São Paulo. A ilha francesa era responsável por 27,5% de todo o açúcar da economia-mundo europeia em 1790, sendo que tal produção já se mostrava insuficiente para suprir a crescente demanda europeia (Moreno Fragnals, 1987, p. 41). Com a revolução de escravizados iniciada em agosto de 1791 em Saint-Domingue, o preço do produto não só aumentou instantaneamente nos portos americanos, como também fomentou que a Coroa portuguesa incentivasse a produção de açúcar na América Portuguesa (Coutinho, 1791, p. 381-391). É nesse sentido que tais negociantes lusitanos radicados em São Paulo vislumbraram a oportunidade econômica que surgia e, conforme será discutido na seção a seguir, foram agentes fundamentais da expansão da fronteira mercantil em terras paulistas.

Capital mercantil e a expansão da fronteira do açúcar em terras campineiras

Conforme exposto na seção anterior, as tensões político-econômicas que ocorreram em São Paulo na década 1790 também eram fruto da reconfiguração do Estado Português e das transformações econômicas no eixo atlântico de *commodities*. Contudo, até 1790, ainda que tenham sido implantados engenhos na vila de Itu, a lavoura canavieira não havia se tornado ponto central da economia no Oeste Paulista; tal camada de senhores de engenho ainda não tinha sido capaz de expandir seus capitais a ponto de ampliar seus negócios açucareiros a outros espaços (Cf. Petrone, 1968; Bacellar, 1997). O presente artigo argumenta que foram justamente os sujeitos atrelados ao capital mercantil, este acumulado no último quarto do Setecentos, a principal fonte de financiamento para a expansão do parque açucareiro em São Paulo, sendo investigado, no presente artigo, o caso de Campinas.

A ocupação das terras campineiras pode ser o ponto de partida para compreender o interesse dos negociantes na região. Campinas era um local privilegiado para a instalação de engenhos de açúcar na década de 1790 e, apesar de estar aproximadamente a 200km do porto de Santos, possuía solos férteis, volumosa rede hídrica, terreno consideravelmente plano, terras pouco exploradas e pequenas propriedades estabelecidas desde o início do XVIII que produziam, sobretudo, mantimentos (Cf. Nicolette, 2022). A região de Campinas foi um espaço ocupado gradualmente durante a maior parte do século XVIII, já que, no ano de 1774, foram listados 388 moradores livres e após 16 anos (1790) foram recenseados apenas 1.138 habitantes. Porém, após a intensa migração ocorrida na última década do Setecentos, a população livre da vila chegou a 2.078 na virada do século (*Idem*). A vertiginosa transformação da vila na última década do século XVIII pode ser percebida pelo crescimento da população cativa, que se “em 1790 eram 219 escravizados em Campinas, com uma razão de sexo de 99,⁸

8 Razão de sexo é um indicador demográfico cujo cálculo é realizado a partir do número de homens existentes para cada grupo 100 mulheres, ou seja, nesse ano havia mais cativas do que homens cativos em Campinas.

no final dessa década (1799) contabilizavam 821 cativos (crescimento de 375%), com a razão de sexo saltando para 182” (Nicolette, 2022, p. 36).

No contexto mais amplo do estabelecimento das plantações de cana-de-açúcar na região do Oeste Paulista, a produção açucareira de Campinas se destacou em relação a outras vilas. Enquanto toda essa região produziu 905 toneladas de açúcar em 103 engenhos em 1794, 5 anos depois (1799), tais vilas passaram a ter 433 engenhos e a produzir 2.263 toneladas do artigo (Costa, 2012, p. 344). Campinas representava, entretanto, apenas 3,7% (34,3 t) da produção de toda a região em 1794 – somadas suas oito propriedades canavieiras. Cinco anos depois, em 1799, já era a 3ª vila que mais produzia o gênero em São Paulo, representando cerca 7,8% do total (176,6 t) (APESP, Lista Nominativa de Campinas, 1799 e 1809).⁹ Uma década depois, em 1809, a vila de Campinas teria passado por uma grande transformação na exploração de suas terras, então largamente ocupadas pelos canaviais, tendo seus engenhos e partidos de cana produzido 789,1 toneladas de açúcar, segunda maior produtora do artigo em São Paulo – atrás apenas da vila de Itu. A instalação de *plantations* escravistas em Campinas e a consequente reestruturação nas dinâmicas sociais e relações econômicas foram possíveis pela disponibilidade de uma ampla extensão de terras na região, pelo aumento na oferta de mão de obra cativa africana e pelo acesso à novas fontes de capitais (Nicolette, 2022, p. 293-298).

Foi no quadro histórico apresentado anteriormente que transitaram os negociantes interessados em investir na economia açucareira. Luís Antônio de Sousa Queirós, que viria a se tornar Brigadeiro no regimento de Milícias em 1818, tornou-se o maior comerciante de açúcar da capitania de São Paulo até o momento de sua morte, em 30 de maio de 1819 (Cf. Leonzo, 1981). Nascido na vila de Amarante, norte de Portugal, migrou para a cidade de São Paulo na década de 1770, onde passou a morar no bairro de Pinheiros. Recenseado como solteiro e com vinte e cinco anos de idade, era, na época, socialmente reconhecido como “negociante” e “capitalista” (*Idem*). Foi durante a década de 1780 e, especialmente, de 1790 que passou a arrematar diversos contratos paulistas – buscando, além disso, diversificar seus investimentos. Antes, porém, exerceu “vários cargos na Câmara da cidade de São Paulo. Foi Almotacé, em 1780 e 1781, chegou a Procurador do Conselho, de 1782 a 1783 e a Juiz Presidente do mesmo, em 1784” (Leonzo, 1981, p. 243).

Em 1797, o Brigadeiro Luís Antônio contraiu matrimônio com Genebra Leite de Barros, filha do influente senhor de engenho de Itu, o capitão Antônio de Barros Penteado, considerado um dos mais importantes proprietários de terras da capitania de São Paulo

9 A documentação apresenta, comumente, a quantidade de açúcar em arrobas. Para a conversão, foi utilizada a medida de 14,745kg para cada arroba.

(APESP, LNH de São Paulo, 1797; Bacellar, 1997).¹⁰ No ano seguinte, em 1798, Luís Antônio foi recenseado com sua esposa Genebra na cidade de São Paulo, possuindo, respectivamente 44 e 16 anos; além disso, seu fogo tinha o total de 13 escravizados (APESP, LNH de São Paulo, 1798). O Brigadeiro se tornara, na década de 1790, um grande proprietário de “fazendas secas”, especialmente na cidade de São Paulo, com representação comercial em vários pontos e regiões da América Portuguesa e do Reino, a saber: nas vilas de Sorocaba, em Santos e Iguape, na vila Boa de Goiás, em Mato Grosso, nas Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Lisboa, em Amarante e no Porto (Cf. Leonzo, 1981). Não tardou para que Luís Antônio diversificasse os investimentos de seu patrimônio: além de negociar o açúcar, passou também a investir em sua produção, montando engenhos; Leonzo (1981, p. 237) ecoando as palavras do Brigadeiro, propõe serem engenhos “comprados a peso de dinheiro”. Em 1797, o mesmo ano de seu casamento, o Brigadeiro adquiriu, por meio de compra, uma série de terrenos em Campinas (Cf. Pupo, 1969), onde instalou dois engenhos no ano seguinte e obteve safras abundantes em 1799. Suas propriedades em Campinas se destacaram pelas grandes escravarias e pela alta produtividade de açúcar nos anos seguintes, tanto que, em 1808, ele estabeleceu um terceiro engenho na região, alcançando o quinto até 1818.

Luís Antônio residia na cidade de São Paulo, de onde gerenciava seus negócios e, ainda em 1798 foi recenseado da seguinte maneira: “Vive de negócio de comprar efeitos embarcar para Lisboa e tem interesse em 2 navios para carreira do mesmo” (APESP, LNH de São Paulo, 1798). Interessante perceber que o recenseador buscou salientar que o Brigadeiro era negociante de açúcar diretamente para Portugal, evidenciando a estratégia deste último em converter seus capitais no ramo açucareiro. Isso porque, no mesmo ano em que fundou suas propriedades canaveiras em Campinas e se associou com o maior senhor de engenho ituano por meio do matrimônio com Genebra, também se empenhou em adquirir os navios para suas transações comerciais.

Francisco Pinto Ferraz, outro grande negociante nascido em Amarante, seguiu uma trajetória econômica semelhante à de seu conterrâneo Brigadeiro Luís Antônio: ambos saíram de Portugal na década de 1770 para fazer a capitania de São Paulo seu centro de negócios. Ferraz era mais velho que Luís Antônio e, em 1798, foi recenseado aos 50 anos, possuindo 15 cativos em sua propriedade na cidade de São Paulo (APESP, LNH de São Paulo, 1798). Deve-se reiterar que, ao mesmo tempo em que ocupava um cargo militar (ambos eram coronéis de milícias), seu primeiro passo ao chegar na colônia foi investir na contratação de rendas reais durante a segunda metade do século XVIII. Isso ocorreu na medida em que ele:

10 Deve-se reiterar o papel desempenhado pelos matrimônios na criação e manutenção de vínculos entre indivíduos, especialmente aos pertencentes às elites, assim como podia fortalecer os laços entre negociantes e produtores agrícolas.

vinha arrematando pequenos contratos desde a década de 1780, tal como o contrato das passagens do Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Ouro Fino para o triênio iniciado em 1784. [...] Entretanto, ao que tudo indica, o negócio com contratos não foi o meio escolhido por Francisco Pinto Ferraz para amealhar fortuna, pois no início do século XIX a maior parte de seu patrimônio constava de dívidas ativas e o mesmo mantinha contas correntes nas praças de Lisboa, Porto e Rio de Janeiro, indicando seu engajamento nos negócios de grosso trato (Medicci, 2010, p. 163-164).

As trajetórias de Francisco Pinto e Luís Antônio apresentam semelhanças, inclusive em suas escolhas matrimoniais. Enquanto Luís Antônio se casou com a filha do maior senhor de engenho paulista da década de 1790, Francisco Pinto contraiu matrimônio com Ana Francisca de Novais em 1788, filha de Francisco Novais de Magalhães, um português nascido em Braga em 1720. Ele foi considerado o homem mais rico de Itu em 1765, com uma fortuna avaliada em 20 contos de réis, quantia extremamente elevada para o período (Cf. Barbas, 2000). Destaca-se que Pinto Ferraz havia seguido os passos do irmão, Manuel Pinto Ferraz, que contraiu matrimônio com Francisca de Paula Novais de Magalhães, em 1785, outra filha de Francisco Magalhães. Seu irmão, Manuel Pinto, tornara-se, então, senhor de engenho na vila de Itu a partir de 1795, produzindo quantias consideráveis de açúcar (Cf. Mont-Serrath, 2007).

Situação semelhante ocorreu com o irmão do Brigadeiro, o Coronel Francisco Antônio de Sousa Queirós, que também era negociante de gêneros e arrematador de contratos, além de seu parceiro comercial. No ano de 1801, ele era morador da cidade de São Paulo e foi descrito enquanto um negociante de fazenda seca na cidade, adquirindo produtos do Rio de Janeiro e diretamente de Portugal (APESP, LNH de São Paulo, 1802). Em 1810, tornou-se proprietário ausente de dois grandes engenhos em Campinas. Nesse mesmo ano, Francisco Antônio aparece como importador de produtos da cidade do Porto, por meio de uma sociedade com Isidoro Nicolau de Brito, um comerciante localizado em Santos (Cf. Mattos, 2015). A participação política de Luís Antônio e Francisco Ferraz também se deu em doações para obras públicas da Coroa portuguesa, bem como no ano de 1808 doaram 640\$000 e 500\$000 réis, respectivamente, “para acudir ao Príncipe Regente recém-chegado ao Rio de Janeiro” (Medicci, 2010, p. 205). Nesse mesmo momento, os irmãos, negociantes e senhores de engenho, Luís Antônio e Francisco Antônio de Sousa Queirós, os quais “mantinham negócios e correspondências em Lisboa” (*Ibidem*, p. 171), realizaram doação de 8:000\$000 réis em conjunto para a Coroa.

Luís Antônio de Sousa se tornou o maior produtor de açúcar, maior proprietário de escravizados e um dos maiores proprietários de terras de Campinas: em 1818, seus 267 cativos em Campinas produziram 168 toneladas de açúcar, enquanto os dois engenhos de seu irmão contavam com 90 escravizados e produziram 91,4 toneladas do artigo nesse mesmo ano (APESP, LNH de Campinas, 1818). Se as 95 propriedades canavieiras de Campinas produziram ao total 1.114 toneladas em 1818, apenas os engenhos dos irmãos Sousa Queirós

representaram 23,3% de toda a safra campineira. Tais negociantes se destacaram não apenas no transporte do açúcar, mas também em sua produção, haja vista que nenhum membro da elite “ligada à terra” possuía mais engenhos, mais escravizados ou produziu mais açúcar que os irmãos Sousa Queirós.

Em 1798, o Coronel Francisco Pinto Ferraz teve seu fogo na cidade de São Paulo recenseado da seguinte maneira: “Vive de negócio de açúcar que remete para [Lisboa] comprado em Itu” (APESP, LNH de São Paulo, 1798). Ora, isso evidencia que esse negociante não ficou para trás no que condiz aos investimentos na economia açucareira; em outras palavras, ao passo que enriqueceu arrematando contratos reais, converteu seus capitais para o açúcar no momento em que a produção do artigo paulista floresceu, investindo seus capitais para o comércio do produto. É importante ressaltar que não se pode considerar essa como sua única fonte de capitais, uma vez que as listas nominativas não forneciam informações múltiplas sobre as funções empresariais dos sujeitos e, por vezes, apenas ofereciam descrições genéricas. No entanto, se o recenseador optou por descrevê-lo dessa maneira, é provável que Pinto Ferraz já estivesse obtendo lucros significativos com a produção de açúcar. Além disso, ele também investiu em escravizados e plantações de cana-de-açúcar, estabelecendo sociedades com outros proprietários de engenho em Campinas.¹¹ Primeiro, ele realizou a sociedade com Francisco Xavier da Rocha, logo no ano de 1800 e, em seguida, com Antônio de Cerqueira César, em 1801 (APESP, LNH de Campinas, 1800 e 1801). Não se sabe por quantos anos as sociedades permaneceram, haja vista que as listas nominativas não possuem uma consistência nas informações ao longo do tempo, mas essas experiências de Pinto Ferraz com o negócio açucareiro podem tê-lo incentivado a possuir suas próprias plantações canavieiras em Campinas. Segundo Bacellar (1997, p. 175), as sociedades econômicas seriam uma nova forma de “ascensão à posse de um engenho no Oeste [Paulista]”, que teriam surgido na última década do Setecentos, “quando a capitalização da economia açucareira [paulista] começou a se tornar marcante”. Às conclusões do autor, soma-se aqui que, no período de montagem do complexo açucareiro em Campinas, as sociedades foram promovidas, majoritariamente, por negociantes radicados na cidade de São Paulo. Por fim, em 1809, o Coronel Francisco instalou seu primeiro engenho e, em 1816, o segundo, ambas as propriedades com grande capacidade produtiva e que contavam com ampla mão de obra escravizada (APESP, LNH de Campinas, 1809 e 1816).

Os irmãos Sousa Queirós não apenas foram os maiores proprietários de cativos em Campinas, como há indícios de terem sido traficantes de escravizados, tendo em conta dois relatos sobre essa atividade. O primeiro é relacionado ao Coronel Francisco Antônio, já que,

11 O termo “engenho de sociedade” pode ser empregado para apresentar uma parceria entre sujeitos em alguma propriedade canavieira. Normalmente, um indivíduo era o dono das terras e administrava o local, enquanto o outro financiava de maneira externa com dinheiro e escravizados. Posteriormente, os lucros eram, então, repartidos. Para ver mais sobre as sociedades realizadas pelos negociantes em Campinas, cf. Nicolette (2022, p. 153-174).

no testamento de Manoel Gonçalves Dias, dono de um sítio em Campinas que produzia mantimentos e contava com 4 cativos, declara que mandou “para o Rio de Janeiro trezentos mil-réis para com eles se comparem três moleques cujo dinheiro entreguei ao Coronel Francisco Antônio de Sousa, que me passou recibo” (CMU, Ofício 1, Processo 00016, 1799). Já no testamento do senhor de engenho de Campinas, Salvador do Amaral Gurgel, o inventariado afirma: “comprei uma escrava do Coronel Luís Antônio de Sousa e passei crédito dela para dar de esmola a minha prima” (CMU, Ofício 1, Processo 00100, 1807). Os negociantes parecem ter sido grandes interessados na montagem e na ampliação do complexo açucareiro de Campinas na conjuntura entre os séculos XVIII e XIX, tal qual afirma Jason Moore (2000, p. 419), de modo que “financiadores, não os fazendeiros, foram os principais beneficiados do complexo da fronteira do açúcar”,¹² tendo sido esse investimento de capitais dos agentes mercantis em direção a Campinas realizada de variadas formas, inclusive através do comércio de escravizados.

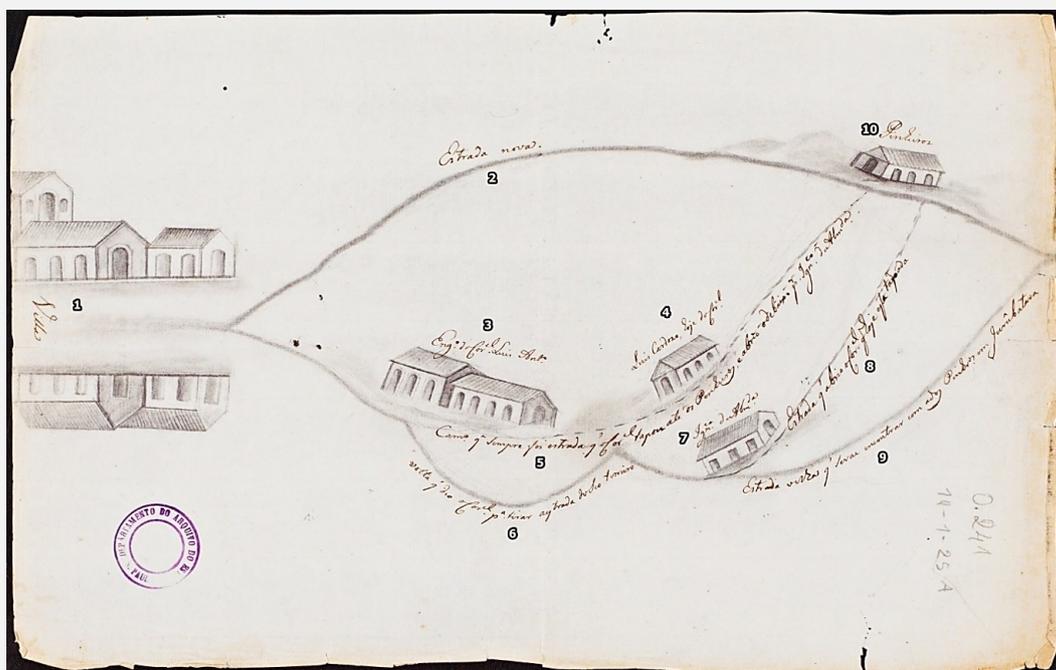
Episódio singular que caracteriza a atuação econômica do Brigadeiro Luís Antônio em Campinas pode ser observado através da Figura I, que representa algumas intervenções realizadas por esse comerciante na vila e além dela. O mapa ilustrado por Felipe Neri Teixeira, capitão-mor e proprietário de um engenho em Campinas, datado de 26 de maio de 1810, representa quatro áreas distintas: a vila, três propriedades rurais, o pouso e uma rede de estradas conectando esses locais. As representações das construções são padronizadas e não há distinção visual entre os engenhos, o pouso e as estruturas urbanas, sugerindo que foram desenhadas com o objetivo de chamar a atenção para as localidades e destacar os principais pontos de mudança. O principal propósito do mapa parece ser alertar para as transformações realizadas pelo Brigadeiro Luís Antônio nos caminhos entre esses três espaços com edificações: a vila, os engenhos e o pouso. Conforme indica Cavenaghi (2006, p. 216), não há nesse desenho “qualquer padrão cartográfico técnico”, o mapa (Figura I) apenas “orienta quem já conhece a região, pois apegam-se ao fator da compreensão do cotidiano do grupo para ilustrar o caminho proposto”.

Na figura I, encontra-se representada a vila de Campinas no centro esquerdo, possivelmente indicando seu núcleo urbano. A vila é conectada por duas estradas: a primeira, mais acima e mais recente, está ligada diretamente ao pouso chamado Pinheiros, e a segunda segue em direção a uma área rural, onde estão localizadas algumas propriedades. Ao longo da segunda estrada, o mapa apresenta duas posses pertencentes ao Brigadeiro Luís Antônio, sendo que uma delas é identificada como um engenho, embora seja provável que ambas fossem propriedades destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar. Percebe-se no mapa a presença de diversas estradas que conectam as propriedades, indicando que foram estabelecidas ou modificadas pelo Brigadeiro. O título dado ao mapa por Felipe Neri descreve claramente essa

12 Tradução nossa. No original “financiers, not planters, were the primary beneficiaries of the sugar frontier complex”.

característica, apontando para as transformações realizadas nos trajetos que interessavam diretamente ao Brigadeiro: “Mudanças que tem tido este caminho desde que o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós comprou aquele engenho” (APESP, São Paulo, 1810). Insatisfeito com os caminhos existentes, mandara abrir uma nova estrada (8), que saía de suas terras em direção ao pouso de Pinheiros – parada importante no transporte de açúcar até Santos – e, posteriormente, fechou-a e abriu outro caminho (5), que passava por suas duas propriedades. Ainda existiu uma estrada que foi modificada por Luís Antônio para desviá-la de seu terreno (6), conectando-se à que passava, então, pela propriedade de Inácio de Almeida e seguia novamente até o pouso de Pinheiros.

Figura 1 – Mapa dos caminhos modificados pelo Brigadeiro Luís Antônio de Sousa (Campinas, 1810)



Fonte: APESP, São Paulo, 1810.

Legenda: 1. Vila; 2. Estrada nova; 3. Engenho do Coronel Luís Antônio; 4. Luís Cardoso, hoje do Coronel; 5. [Como q^a] sempre foi estrada que o Coronel tapou até os Pinheiros e abriu o debaixo para Inácio de Almeida; 6. Volta que deu o Coronel para tirar a estrada de seu terreno; 7. Inácio de Almeida; 8. Estrada que abriu o Coronel e hoje está tapada; 9. Estrada velha que leva encontrar com a dos Pinheiros em [Jurubatuba]; 10. Pinheiros.

Enquanto um comerciante envolvido no comércio de produtos com a Metrópole, Luís Antônio tinha consciência da importância das estradas e dos pousos para essa atividade, especialmente considerando a distância entre Campinas e o porto de Santos. Estabelecer uma estrada nesse espaço exigia um intenso trabalho de desmatamento, limpeza e nivelamento do terreno, além da necessidade de uma manutenção regular, o que demandava um investimento significativo de capital. O Brigadeiro, então, empreendeu nos caminhos e facilitou o transporte do açúcar produzido em suas propriedades – e possivelmente também dos engenhos vizinhos – até o porto de Santos, revelando mais uma camada de transformação econômica e agrária realizada por ele na paisagem de Campinas em prol de seus negócios.

Conduzidas por Leonzo (1981) e Araújo (2006; 2007), as análises do espólio deixado pelo Brigadeiro Luís Antônio revelaram uma impressionante acumulação de patrimônio, sugerindo que ele possivelmente detinha a maior fortuna da capitania de São Paulo: seu inventário apresentou de monte bruto uma quantia superior a 1:000:000\$000 (um mil contos) de réis. Araújo (2006), inclusive, acredita que o Brigadeiro era o segundo homem mais rico da colônia em 1819, além de ser um agente de crédito com conexões comerciais por todo o Império Português. Destaca-se que, a partir de 1805, ele seria proprietário do maior sistema de condução de açúcar da capitania, maior proprietário de engenhos de São Paulo, 14 propriedades diretamente sob sua posse, localizadas em diferentes vilas do Oeste Paulista – sendo cinco em Campinas –, somando a isso outras diversas sociedades econômicas ligadas à produção de açúcar e a brutal posse de 651 escravizados (ATJESP, Processo 530, 1819).

A origem do capital do Brigadeiro era variada. No entanto, a maior parte de seus investimentos não estava concentrada nos contratos reais, apesar de seu patrimônio ter sido iniciado e aumentado ao longo dos anos por meio desses contratos, levando em consideração que as “19 propriedades rurais e as 17 urbanas representavam 12% da riqueza e os 613 escravos correspondiam a outros 12% dos bens do Brigadeiro” (Araújo, 2007, p. 9). A autora ainda argumenta que Luís Antônio “optou por não gastar, nada dever e investir em bens de raiz”, crescendo e conservando diversos bens de raiz; nesse sentido, o Brigadeiro adotou a estratégia de concentrar seus investimentos na cadeia produtiva e mercantil açucareira, “abandonando as múltiplas atividades para se concentrar na produção e venda de açúcar, quer dizer, preferiu guardar todos os ovos numa só cesta” (*Ibidem*, p. 14).

Na historiografia, não é uma novidade a indicação de que o Brigadeiro Luís Antônio desempenhou um papel importante como financiador de lavouras no Oeste Paulista, uma perspectiva já apontada por Leonzo (1981).¹³ A análise detalhada das dívidas deixadas por Luís

13 A autora cita Affonso de Taunay, o qual refere-se ao Brigadeiro enquanto um dos primeiros “capitalistas” de São Paulo, atuando como um banco, pois aponta que ele pagava “juros anuais a quem recorria aos seus cofres de opulento negociante, desejando neles depositar quantias que ali permanecessem inertes”, além de comprar dívidas, financiar lavouras e vender a juros. Cf. Leonzo (1981, p. 248).

Antônio, especialmente, revela uma estreita ligação entre seu capital e o setor açucareiro de Campinas. Conforme observado por Araújo (2007), as dívidas passivas encontradas eram insignificantes em comparação com a riqueza acumulada pelo Brigadeiro, uma vez que ele devia aproximadamente 34 contos de réis referentes a compras para a administração da casa e dos engenhos (Araújo, 2007, p. 11). Suas dívidas ativas, por outro lado, acumulavam quase 1/4 do total de seu monte-mor:¹⁴ havia 373 dívidas, que totalizaram 226:464\$485 contos de réis (ATJESP, Processo 530, 1819). Segundo Viveiros, tais dívidas vinham de “todas as vilas paulistas, do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande e de Portugal. Para cobrá-las, mantinha representação comercial nessas localidades” (Araújo, 2007, p. 12).

Esse montante estava dividido em duas partes, de modo que: (i) a primeira se referia a 67 dívidas, descritas como “sem crédito”, no geral de pequeno valor, que somavam todas elas 926\$719 mil-réis e uma média de 13\$832 mil-réis por dívida –entre elas, estava a de um padre chamado Luiz Cardoso, que residia na cidade de São Paulo, e até mesmo a de um escravizado, de nome Silvério –; nesse recorte, percebeu-se uma série de moradores da cidade de São Paulo, fato que, associado ao baixo valor das dívidas, leva a crer que eram dívidas referentes às lojas que o Brigadeiro possuía em São Paulo; e (ii) a segunda parte da dívida se referia a empréstimos “por crédito”, que somavam outras 306 dívidas, no valor de 225:537\$766 contos de réis, numa média de 737\$052 mil-réis – média essa 53 vezes maior que aquela das dívidas não realizadas através do crédito (ATJESP, Processo 530, 1819). Ao analisar as dívidas ativas do Brigadeiro, é possível compreender a magnitude do capital envolvido no financiamento da indústria canavieira em Campinas. A Tabela I revela que, entre suas dez maiores dívidas, seis eram de senhores de engenho em Campinas. Mais especificamente, entre as cinco principais dívidas, quatro eram estabelecidas na vila campineira. É importante destacar que entre os maiores devedores também se encontravam o Alferes Antônio Galvão de França e o Capitão José Antônio de Oliveira, dois importantes senhores de engenho em Itu (Cf. Bacellar, 1997). Esses dados evidenciam a estreita relação financeira entre Luís Antônio e a elite agrária de Campinas e região. Em números, entre os 56:513\$291 contos de réis referentes as suas 10 maiores dívidas (Tabela 1), ao menos 42:732\$292 (cerca de 75,6% desse montante) eram ligados a senhores de engenho do Oeste Paulista.¹⁵

O contínuo fluxo de capitais direcionados ao financiamento do parque açucareiro de Campinas pelo Brigadeiro Luís Antônio teve um impacto significativo. Entre as 306 dívidas registradas, pelo menos 44 foram contraídas por moradores de Campinas, principalmente por

14 Monte-mor é a soma de todos os bens e dívidas ativas que foram inventariados ainda sem descontar as dívidas passivas existentes.

15 Ainda que as maiores dívidas ativas do Brigadeiro lancem luz aos principais negócios estabelecidos naquele momento, cabe destacar que elas representam um retrato do momento de sua morte – quando foi aberto o inventário post-mortem. Isso porque os créditos adquiridos pelos senhores de engenho eram comumente quitados em prestações, então pode-se aventar que as dívidas de menor montante seriam resquícios de valores superiores já pagos.

senhores de engenho e produtores de cana-de-açúcar (ATJESP, Processo 530, 1819). Esse número expressivo revela a extensão da influência financeira exercida pelo Brigadeiro na região. Tais dívidas assumidas pelos campineiros representavam um montante de 81:522\$618 contos de réis, equivalente a 36,1% do total. Ao analisar especificamente as dívidas acima de um conto de réis, constata-se que os moradores da vila de Campinas estavam entre os maiores devedores do Brigadeiro. Dos 69 devedores identificados nessa categoria, 27 eram dessa vila e todos eles estavam ligados à economia açucareira. Esses números revelam a importância e a extensão do envolvimento financeiro de Luís Antônio com os produtores de açúcar em Campinas, destacando a relevância do seu papel como financiador na região. As dívidas com senhores de engenho de Campinas somam 76:422\$437 contos de réis, 42,8% do total de dívidas acima de 1 conto (178:392\$671 contos).

Tabela 1 – Maiores dívidas ativas pertencentes ao Brigadeiro Luís Antônio de Sousa Queirós (1819)

Nomes dos devedores	Valor (em réis)
Alferes Antônio Galvão de França	7:435\$785
<i>Tenente Coronel Antônio de Cerqueira César</i>	6:977\$137
<i>Capitão José Antônio do Amaral</i>	6:722\$605
<i>Antônio da Silva Ferraz</i>	6:295\$933
<i>Joaquim Teixeira Nogueira</i>	5:634\$207
<i>Alferes João Manuel do Amaral</i>	4:993\$025
Inácio Xavier	4:722\$092
<i>Inácio Álvares de Almeida Lima</i>	4:673\$600
Capitão José Antônio de Oliveira	4:530\$907
Capitão Salvador Corrêa Leite	4:528\$000
Total	56:513\$291

Fonte: ATJESP, Processo 530, 1819. Os nomes e valores em negrito são referentes aos senhores de engenhos de Campinas. Grifos do autor.

Tais homens de negócios apresentados anteriormente desempenharam um papel crucial na criação e expansão da lavoura canavieira de Campinas, aproveitando-se de recursos e estratégias variadas para promover o crescimento da atividade; sua influência política e capacidade de investimento foram fundamentais para o estabelecimento de um ambiente favorável ao desenvolvimento do parque canavieiro paulista.¹⁶ No caso específico do Brigadeiro, Campinas foi o pilar da cadeia mercantil do açúcar estabelecida por ele de São Paulo à Europa: produzia açúcar, comercializava o artigo até Portugal, fazia sociedades com senhores de engenho e financiava diretamente lavouras canavieiras com créditos e escravizados. Ele lucrou, assim, não apenas com a usura e a mercantilização do açúcar, mas também com o excedente gerado pela produção do artigo em terras paulistas.

Os negociantes Luís Antônio de Sousa, seu irmão, Francisco Antônio, e Francisco Pinto Ferraz não conservaram suas riquezas apenas no itinerário do açúcar, mas transformaram seus capitais em posse de terras, lavoura canavieira e mão de obra cativa. Se esses imigrantes portugueses recém-chegados à capitania de São Paulo aproveitaram as oportunidades do mercado interno colonial no final do século XVIII para acumular grandes fortunas, foi especialmente após a década de 1790, por meio do estabelecimento de *plantations* escravistas, que conseguiram multiplicar suas riquezas. Se tais homens de negócio poderiam desejar apenas maiores receitas a seus patrimônios, por um lado, era porque o negócio do açúcar estava sendo lucrativo mesmo posteriormente com as oscilações no preço. Por outro, se eles almejavam benesses sociais e políticas, não fora necessário sequer sujarem suas botas em terras campineiras.

Considerações Finais

Durante a década de 1790 ocorreu uma reestruturação das redes comerciais e dos grupos mercantis em São Paulo, estabelecendo vínculos ao longo da rota entre Santos e o Quadrilátero do Açúcar. Essas transformações estão diretamente relacionadas às reformas administrativas do Império Português e, em particular, à recuperação administrativa de São Paulo em 1765. No entanto, foi somente com as oportunidades econômicas geradas após Revolução de Saint-Domingue, juntamente às mudanças políticas e econômicas promovidas pelo governador Bernardo de Lorena, e o investimento de indivíduos estabelecidos em São Paulo, que a hegemonia do Rio de Janeiro sobre a economia paulista se tornou objeto de disputa. Isso possibilitou a acumulação de capital nas mãos de comerciantes como os irmãos Sousa Queirós e Pinto Ferraz, bem como sua integração do Oeste Paulista na estrutura

16 Há indícios de endividamento de senhores de engenhos campineiros com o negociante português Pinto Ferraz. Ainda durante a montagem do parque açucareiro de Campinas, em 1808, o senhor de engenho Albano de Almeida Lima possuía uma dívida de 500\$000 réis com Pinto Ferraz. Cf. CMU, Ofício 1, Processo 00120, 1808.

socioeconômica das redes comerciais europeias.

Embora nem todo o capital necessário para desenvolver o complexo açucareiro em Campinas tenha vindo exclusivamente dos homens de negócio, o poder político e econômico desses indivíduos parece ter ampliado as oportunidades de investimento nessas terras. Conforme apresentando no presente artigo, o aproveitamento dessa janela de oportunidades só foi possível devido às mudanças promovidas pelos governantes na situação local e à ampliação dos poderes político-econômicos dos comerciantes que atuavam nas redes mercantis que conectavam a capitania de São Paulo. Essas transformações criaram um ambiente propício para os agentes comerciais explorarem as oportunidades de negócios e expandirem suas atividades econômicas na região. Assim, sob impulso de um mercado mundial em expansão e do preço do açúcar em ascensão, é possível inferir que foram os agentes comerciais os indivíduos que favoreceram a rápida transformação da paisagem agrária de Campinas. O Brigadeiro Luís Antônio, destacadamente, parece ter sido o promotor predominante da expansão da fronteira da mercadoria em terras campineiras, especialmente em razão de seu interesse em investir seus capitais em terras, canaviais e escravizados – sem deixar de lado sua veia comercial e usurária.

A expansão da fronteira de excedentes em São Paulo durante o século XVIII foi fundamental para estabelecer novas rotas comerciais, fundar novas vilas e assentar famílias de lavradores ao longo das paradas existentes para a realização do comércio. Não se trata aqui de reduzir o papel exercido pelas reformas ilustradas que ocorreram na segunda metade do século XVIII em todo o Império Português, tendo em vista que houve a formação de uma elite local centralizada na vila de Itu, que, ao acumular cabedal, estabeleceu diversos engenhos, mas não teve a capacidade de expandir a economia açucareira no Oeste Paulista. Conclui-se que os negociantes constituíram e ampliaram, sobretudo, redes comerciais coloniais e transatlânticas em São Paulo, utilizando-se do açúcar paulista como potência para seus negócios, pois suas práticas, em várias instâncias político-econômicas na capitania e, sobretudo em Campinas, expandiram a viabilidade da economia açucareira nesse espaço. Além disso, os seus capitais acumulados nas décadas de 1780 e, especialmente, na década de 1790, quando convertidos na empresa açucareira, garantiram a incorporação desse espaço da fronteira mercantil do açúcar. Se, por um lado, verifica-se que expansão das novas fronteiras da mercadoria em terras americanas ocorreu sob a luz da reorganização econômica e política da economia-mundo europeia, por outro, a expansão através das plantations açucareiras em Campinas não foi realizada puramente sob o reflexo de acontecimentos no mercado global das *commodities*, mas, sim, por efeito de um processo de conversão de capitais de homens negócios que enriqueceram através das particularidades da economia colonial.

O presente artigo não visou esgotar o tema, mas contribuir, de modo geral, para os estudos históricos sobre a expansão das fronteiras da mercadoria em terras americanas. Levando em consideração que a expansão da fronteira do açúcar reconfigurou a natureza do trabalho cativo, é fundamental ainda investigar as diferentes práticas produtivas em Campinas, especialmente sobre a relação existente entre a contínua produção de

mantimentos nos engenhos de São Paulo e os diferentes ritmos de expansão do capital nessas terras.

Faz-se pertinente, também, questionar quais foram as implicações do avanço do capital através da fronteira do açúcar para a população local, especialmente aquela que ficou à margem da lavoura canavieira. Por fim, com o intuito de compreender a expansão das fronteiras e do financiamento da economia colonial, há muito para se compreender acerca da influência político-econômica exercida por outras figuras envolvidas nas disputas sobre o controle do comércio transatlântico – especialmente aqueles interessados nos negócios estabelecidos entre os portos de Santos e Portugal. A integração das redes mercantis de São Paulo continuou gerando acirrados debates durante os governos de D. João VI e D. Pedro I e avivou diversas disputas comerciais que merecem ser exploradas em outros empreendimentos teórico-analíticos.

Referências

Fontes Manuscritas

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

APESP. Listas Nominativas de São Carlos (Campinas): 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1805, 1807, 1808, 1809, 1810, 1813, 1816, e 1818. Repositório Digital. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao. Acesso em: fev. 2024.

APESP. Lista nominativa habitantes de São Paulo, 1798. Repositório Digital. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/macros_populacao/032_022.pdf. Acesso em: fev. 2024.

APESP. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Inventário de Luís Antonio de Souza Queiroz. Inventários do 1º cartório de família, proc. 530, 1819.

APESP. Representação dos caminhos que levam a Pinheiros. Estrada Nova da Vila de São Carlos a Pinheiros. Mapa em sombra da qual se vê todas as mudanças que tem tido este caminho desde que o Coronel Luiz Antonio de Sousa Queirós comprou aquele Engenho. APESP, São Paulo. Nanquin e grafite sobre papel algodão, 34x22cm, 1810.

Centro de Memória da Unicamp (CMU)

CMU. Acervo do Tribunal de Justiça de SP (Comarca de Campinas). Inventário de Manoel Gonçalves da

Silva. Ofício 1, Processo 00016, 1799; Inventário de Salvador Gurgel do Amaral. Ofício 1, Processo 00100, 1807; Inventário de Albano de Almeida Lima. Ofício 1, Processo 00120, 1808.

Bibliografia

ALFONSO, Felipe R. *A fronteira escravista entre o açúcar e o café: Campinas, 1790-1850*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. A casa Sousa, um modelo de acumulação mercantil da América Portuguesa. *Anais do [...] Congresso Brasileiro de História Econômica, VI, e, Conferência Internacional de História de Empresas, 8ª*. São Cristóvão, SE: CESAD, 2007.

BACELLAR, Carlos de A. P. *Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas, SP: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

BARBAS, Manoel Valente. Uma família ituana através dos séculos. Descendência de Pedro Vaz de Barros, através de seu filho de mesmo nome e de sua neta Lucrecia Leme Pedroso (Silva Leme, vol. 3, Título Pedrosos de Barros). *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 7, 2000.

BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BELLOTTO, Heloísa L. Razões do Estado: a extinção e os primórdios da restauração da capitania de São Paulo (1748-1775). In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Orgs.). *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

CAPEL, Ronaldo. *O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Bruno A. *A vereda dos tratos: Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COUTINHO, José J. da C. A. Memória sobre o preço do assucar. In: *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo III. Lisboa: Officina de Lisboa, 1791.

DOURADO, Bruna I. M. *Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837- c. 1871): A trajetória do negociante João Pinto de Lemos*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Júnia F. *Homens de Negócio. A interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GUIMARÃES, C. G.; SARAIVA, L. F. (Org.). *Credito & descrédito: relações sociais de empréstimos na América – séculos XVIII e XX*. Niterói: Ed. UFF, 2018.

LEONZO, Nanci. Um empresário nas milícias paulistas: o brigadeiro Luís Antônio de Souza. *Anais do Museu Paulista*, t. 30, p. 241-254, 1981.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

MATTOS, Renato de. *Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788–1808)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MATTOS, Renato de. *Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808/1822)*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENDES, Denise. *A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. 1994. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MEDICCI, Ana P. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade*

do século XVIII. 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MICHELI, Marco. *São Paulo: Diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MONT-SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas e conflitos na São Paulo restaurada: Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORENO FRAGINALS, Manuel. *O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. Trad. Sônia Rangel e Rosemary C. Abílio. São Paulo: Hucitec; Ed. UNESP, 1987.

MOORE, Jason W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: Commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review* (Fernand Braudel Center), v. 23, n. 3, p. 409-433, 2000.

NICOLETTE, Carlos E. *À luz do ouro branco: lavoura canavieira paulista e a montagem do parque açucareiro de Campinas (c. 1790-1818)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PUNTSCHART, William. *Negócios e Negociantes Paulistas: 1808-1822*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. *Campinas: Academia Campinense de Letras*, v. 20, 1969.

SAMPAIO, Antônio Carlos J. A curva do tempo: as transformações na economia e no Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.) *O Brasil colonial*. Vol. 3: c. 1720-c. 1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.